**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PRÁTICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO**

Palavras-chave: Relações Raciais. Justiça Restaurativa. Educação. Conflito.

A ideia central deste trabalho está assentada em experiências educacionais antirracistas que lançam mão da justiça restaurativa. Entendemos que estas são experiências de amor, potência e afirmação de identidades e diferenças. O trabalho de doutorado do qual este documento resulta abarcou os contextos das cidades de Oakland, localizada no estado da Califórnia, nos Estados Unidos, e de São Paulo, capital do estado brasileiro de São Paulo. Nos limites deste texto traremos alguns recortes conectados as experiências de profissionais da educação recolhidas sobre a cidade de São Paulo.

A pergunta ecoa: qual a escolarização que nos ensina, nos permite construir e consolidar experiências de amor e experimentar uma comunidade em que nos sintamos apoiadas e apoiados e cuidados em nossas necessidades, desejos, que fortaleça nossas potências e valida nossa identidade?

Como propôs Nelson Mandela, citado por bell hooks (2021, p. 46) “No momento em que escolhemos amar, começamos a nos mover contra a dominação, contra a opressão. No momento em que escolhemos amar, começamos a nos mover em direção à liberdade, a agir de formas que libertam a nós e aos outros.” A presente pesquisa é proposta nessa perspectiva de desejo de construção de um mundo em que relações sejam pautadas pelo amor, em que os conflitos sejam geridos e/ou cuidados através de diálogo, presença e conexão; em que possamos trocar autoritarismo por relações comunitárias de laços afetivos em que as pessoas se apoiam e se fortaleçam na busca de soluções para desafios pessoais, comunitários e sociais.

Nesse contexto, nos afinamos com uma perspectiva epistemológica insurgente, nomeada “investigação expedicionária” (MIRANDA, 2017), na contracorrente do conhecimento colonial, colonizador. A “investigação expedicionária” traz à cena intelectuais silenciadas e silenciados, invisibilizadas, com a proposta de construir diálogos coletivizados que investiguem “perspectivas educacionais próprias” (MIRANDA, 2017, p. 176). No âmbito desta investigação as geografias diaspóricas vão para além da América Latina, investigando também práticas afro-diaspóricas de “re-existências” na América do Norte. Nesse sentido, integra e reconhece a intelectualidade como experiência que extrapola o âmbito acadêmico, integrando narrativas, vozes e pensamentos consolidados no cotidiano dos movimentos comunitários e do movimento negro e das iniciativas que promovem e operam para a transformação cotidiana desfazendo opressões. Foi possível ir recolhendo percepções, impressões e intensões no trânsito experimentado em São Paulo. Nos diálogos estreitados com o Núcleo Nelson Mandela, na pessoa de Samuel de Jesus, e com o Laboratório de Convivência, especialmente com Mônica Mumme, ao longo de um processo profissional construído em comum desde 2020. E nas trocas, diálogos e parcerias com o Periferia Segue Sangrando desde 2015. Uma experiência estendida no tempo e que conta com a vivência de processos restaurativos e antirracistas no compromisso da construção de uma educação que faça sentido e valide as vidas negras.

Luana Oliveira, uma das colaboradoras desta pesquisa, partilhando sua compreensão na experiência docente em escolas públicas na periferia de São Paulo conta haver uma fala recorrente nas conversas informais entabuladas na sala dos professores: “as meninas são vagabundas e os meninos são bandidos”. Seu registro mostra como são vistos e tratados jovens-adolescentes pretos, periféricos e pobres no cotidiano institucional. Por isso, Grada Kilomba (2019) considera: “No mundo conceitual branco, o sujeito Negro é identificado como o objeto ‘ruim’, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformando em tabu, isto é, agressividade e sexualidade.” (KILOMBA, 2019, p. 37).

Podemos aqui lançar mão de análises de Lélia Gonzalez (2020), a exemplo de tantas outras cientistas, intelectuais, militantes, pesquisadoras negras brasileiras, em que ela sinaliza as dificuldades vividas por pessoas negras, em especial mulheres negras, na sociedade brasileira. Ela aponta inclusive a responsabilidade dos espaços escolares na promoção e ou reprodução das discriminações de sexo e raça, visto que, através de “articulações adotadas pelas escolas, nossas crianças são induzidas a considerar que ser uma mulher negra [...] é um dos piores males” (GONZALEZ, 2020, p. 160).

Lélia Gonzalez, intelectual negra brasileira que muito produziu ao longo da década de 1980, conclui que “a pessoa negra é vista como objeto de entretenimento”, no caso das mulheres “mulata”, em que são ressaltados os “atributos corporais: força/resistência física, ritmo/sexualidade” (GONZALEZ, 2020, p. 170) sendo assim aceitos somente por esses atributos, em que a mulher negra, “de todo modo é uma prisioneira permanente da natureza” (GONZALEZ, 2020, p. 165). As associações ao primitivo animal e a algo que se come também é destaque nos escritos de Munanga (2013) e Almeida (2018).

O dossiê *Criança e adolescente: 2018*, publicado pelo Instituto de Segurança Pública destaca duas categorias de violência pelas quais crianças e adolescentes foram mais vitimados no ano de 2017: violência patrimonial (roubo e furto) e violência física (lesão corporal, homicídio doloso, homicídio-tentativa, homicídio decorrente de intervenção policial), denuncia ainda a maior vulnerabilidade de crianças e adolescentes negros e pardos à violência, mostrando o fator cor na composição das vítimas nas diferentes formas de violência elencadas no documento. Negros e pardos são a maioria das vítimas em quase todas as formas de violência, exceto patrimonial (46%). A conjugação perversa de diversos fatores, dentre eles o racial, o socioeconômico e o institucional, contribui decisivamente para que a população negra e parda seja mais atingida pela violência, principalmente pelas mais graves (MANSO; GONÇALVES, 2008, p. 12). A realidade descrita nos obriga a ponderar situações que afetam os sujeitos em questão. Vejamos algumas considerações de Freire (1996, p. 196):

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina, o pobre, a menina ou menino negro, o menino índio *(indígena)*, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobretudo me proíbo entendê-los.

O desamor aparece como dominação, mentira, injustiça. Nesse sentido, a autora aponta para a necessária e salutar “justiça amorosa” que quebra com a lógica patriarcal, de segredos, relações e informações escondidas, um real e profundo compromisso com a honestidade, com dizer e expressar a nossa verdade e receber e ouvir a verdade do outro. Há especial destaque quando bell hooks trata como uma atitude de subestimação da outra pessoa e por consequência considerando-se a si como superior, quando se supõe que a outra pessoa não é capaz de receber aquela verdade, não vai entender ou irá sofrer com ela. Geralmente, nos colocamos em uma situação de poder sobre o outro, uma expressão de feminilidade ou da masculinidade patriarcal, muitas vezes é utilizada com uma justificativa de cuidado, preservação ‘estou poupando fulana’, ou ‘ela não vai suportar’, ‘não vai compreender’. O amor em bell hooks representa a supressão do patriarcado.

A justiça restaurativa nos aparece como um recurso do ‘curandeiro’, como diria Fania Davis (2022), em que as definições de erro, conflito, crime são esvaziadas de seus sentidos pejorativos e abrem espaço e caminho para investigação daquilo que precisa ser visto, cuidado, ouvido e analisado. O que percebemos é que mesmo a justiça restaurativa precisa ser racializada assumindo um real compromisso com a justiça social para que as experiências e práticas protagonizadas por pessoas pretas, periféricas, com luta e militância social possam ser validadas e reconhecidas como reais estratégias e ferramentas de transformação. Traremos a seguir algumas falas de componentes do Periferia Segue Sangrando:

Mas acho que o diferencial foi que mudou a nossa percepção totalmente.. é olhar esses conflitos que nos constitui, encarar o conflito do outro, de outro lugar, de empatia, de conexão. É muito engraçado porque muitas vezes, a gente ouve assim, isso foi generosidade, foi bondade; não, isso foi parte dessa formação política, de conexão muito forte com esses conflitos, que a gente pode dar grandes nomes porque o racismo, o machismo, eles parecem essas coisas etéreas.. Eu acho que aí teve o desenvolvimento dos núcleos, a Periferia Segue Sangrando, o Núcleo de Mulheres Negras, acho que é mais forte que isso, né, porque por mais que o racismo seja algo estrutural na nossa sociedade, o machismo e a de LGBTQIA+ fobia, ele vai atravessar nossas vidas em vários momentos e de formas diferentes, que a gente vai ter narrativas diversas, a experiência de muito tempo de círculos, da discussão desse lugar da fala, da escuta, da inquietação do corpo, tudo o que envolveu acho que muda muito, acho do que é um padrão de JR [justiça restaurativa]. (...) Eu lembro que isso era uma discussão muito forte dentro do CDHEP, das pessoas que atuavam com a justiça restaurativa dizendo “olha isso não é justiça restaurativa”. Talvez não seja, e tá tudo bem. Talvez já seja outra coisa que a gente produziu e fez, a partir dessa tecnologia, sabe? (Alessandra Tavares)

E que não tem nada a ver com essa coisa de vamos sentar em círculo para ensinar pessoas e se comportarem. É vamos sentar em círculo para lidar com os desafios da vida, as injustiças da vida. O que é que é construir uma rede? Como é reconhecer a rede? Como é questionar as instituições? Como é chamar para si responsabilidade de olhar para a injustiça? (Monica Mumme)

A proposta de justiça restaurativa que se lança mão e avança aqui é uma proposta comprometida com a justiça social, com a transformação, com o antirracismo, com a quebra do sexismo e do patriarcado para que as vidas, em especial as jovens vidas negras deixem de ser atingidas e vitimadas pelas políticas de seletividade penal racial e segurança pública.

DAVIS, Fania E. *Raça e justiça restaurativa*: vidas negras, cura e transformação social nos EUA. São Paulo: Palas Athena, 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. *Tudo sobre o amor*: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MANSO, Flávia Vastano; GONÇALVES, Luciano de Lima (org.). *Dossiê criança e adolescente*: 2018. Rio de Janeiro: RioSegurança, 2018.

MIRANDA, Cláudia. Clandestinización y re-existencia diaspórica: horizontes expedicionarios e insurgencia en afroamérica. In: SEPTIEN, Rosa Campoalegre*. Más allá del decenio de los pueblos afrodescendentes*. Buenos Aires: CLACSO, 2017.